



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 47/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2370/2013 (2 vols.)

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sra. Uildéia Galvão da Silva, Diretora Geral do Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado.

6- Unidade Técnica: DICAD – Relatório Conclusivo nº 99/2013 (fls. 203/224).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8601/2013-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 228/231).

8- Relator: Conselheiro Lúcio Alberto de Lima Albuquerque.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Exercício de 2012. Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado.

*Contas Regulares com ressalvas.
Recomendações à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal,

9.1- Julgar Regulares com Ressalvas as Contas do **Hospital e Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado**, referente ao **exercício de 2012**, de responsabilidade da **Sra. Uildéia Galvão da Silva**, Diretora Geral e Ordenadora de Despesa, nos termos do art. 1º, II, c/c arts. 22, II e 24, da Lei 2.423/96, c/c art. 188, § 1º, II, do RI-TCE/AM;

9.2- Recomendar à origem que:

a) proceda a avaliação patrimonial dos seus bens, nos termos do art. 106, III, da Lei n.4.320/64; e

b) faça o planejamento para aquisição das compras para todo o exercício, devendo realizar o processo licitatório na modalidade correta para o objeto total, nos termos do art. 23, II, da Lei n.8.666/93.

10- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de janeiro de 2014.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS-DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 47/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 2370/2013 – fl. 02.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral